

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Piên/PR  
Prova: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente de Piên/PR

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PROVA ESCRITA**  
**CONSELHO TUTELAR DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
**DE PIÊN/PR – MANDATO 2016/2019**

**ORIENTAÇÕES**

1. Verifique se este caderno contém 20 questões, numeradas de 1 a 20, sendo 17 questões objetivas e 03 questões dissertativas. Caso contrário, reclame ao aplicador de prova, outro caderno.

2. Não serão aceitas reclamações posteriores:

- a. Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta correta.
- b. Você deverá ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta correta.
- c. A sua resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

3. VOCÊ DEVE:

- a. Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão a que você está respondendo.
- b. Verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- c. Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, a alternativa correta.
- d. As questões dissertativas devem ser respondidas no espaço reservado às mesmas na FOLHA DE RESPOSTAS.

4. ATENÇÃO:

- a. Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- b. Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará na anulação dessa questão.

- c. Serão entregues duas vias de folha de resposta, sendo que apenas uma, juntamente com o caderno de questões, será entregue ao aplicador da prova; a outra você deverá levar ao final da prova.
- d. Não será permitida qualquer espécie de consulta ou rasuras, bem como o uso de corretores de qualquer natureza.
- e. Você terá (04) quatro horas, a partir do término das orientações fornecidas pelo aplicador de prova, para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- f. Os três últimos candidatos deverão aguardar até que todos completem a prova. Deverão presenciar o lacre do envelope contendo todas as provas, com assinaturas do aplicador e dos referidos candidatos.
- g. Devolver esse caderno de prova ao aplicador da mesma, juntamente com uma das cópias da Folha de respostas

## QUESTÕES

**1) Segundo a Lei 8069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera-se:**

- a) criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos;
- b) criança, a pessoa até 11 de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos;
- c) criança, a pessoa até 12 anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos;
- d) criança, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 17 anos.
- e) criança, a pessoa até 15 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 15 e 21 anos.

**2) O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:**

- I - ir, vir e estar nos logradouros privados e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - participar da vida familiar e comunitária, com discriminação;
- III - opinião e expressão;
- IV - crença e culto religioso;

Está correto o que se afirma em:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Piên/PR  
Prova: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente de Piên/PR

- a) I e II, respectivamente;
- b) II e III, respectivamente;
- c) III e IV, respectivamente;
- d) II e IV, respectivamente.
- e) todas estão corretas

**3) Qual dos requisitos listados abaixo não é exigido para a candidatura a membro do conselho tutelar:**

- a) reconhecida idoneidade moral;
- b) idade inferior a 30 anos;
- c) residir no município;
- d) idade superior a 21 anos;
- e) nenhuma das anteriores.

**4) São atribuições do Conselho Tutelar, exceto:**

- a) expedir notificações;
- b) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- c) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- d) representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- e) ingressar com ações de verificação de situação de risco junto ao Poder Judiciário;

**5. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar achar necessário o afastamento do convívio familiar, qual é a providência a ser adotada:**

- a) Providenciará a medida estabelecida pela autoridade judiciária;
- b) Requisitará certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente;
- c) Comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família;
- d) Encaminhará a criança ou adolescente para tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- e) Nenhuma das alternativas está correta;

**6. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):**

- I. Defesa técnica por advogado;
- II. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

Estão corretos os itens contidos na alternativa;

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) I e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma das alternativas está correta;

**7) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde;
- b) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal;
- c) A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato;
- d) A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos;
- e) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção terão as crianças imediatamente acolhidas pelo Conselho Tutelara, para preservar-lhes a integridade física;

**8) Tiago, sete anos de idade, foi submetido a uma cirurgia e deve ficar hospitalizado por um longo período de tempo. De acordo com o artigo 12 do ECA, os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência, em tempo integral:**

- a) de ambos os pais;
- b) de um dos pais ou do responsável;
- c) da mãe ou de pessoa por ela indicada;
- d) de um dos pais ou de um ascendente (avó ou avô);

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Piên/PR  
Prova: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente de Piên/PR

e) de ambos os pais ou de pessoas por eles autorizadas;

**9) De acordo com o artigo 19 do ECA, a permanência de uma criança ou de um adolescente em programa de acolhimento institucional, salvo se comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, não se prolongará por mais de:**

- a) seis meses;
- b) um ano;
- c) dois anos;
- d) três anos;
- e) quatro anos;

**10) De acordo com o artigo 36 do ECA, para que haja deferimento de um processo de tutela, duas condições são necessárias:**

- a) o tutelando deve ter até quinze anos completos e deve ter sido decretada a perda ou suspensão do poder familiar;
- b) o tutelando deve ter até dezoito anos incompletos e deve ter sido decretada a perda ou suspensão do poder familiar;
- c) o tutelando deve ter até dezoito anos incompletos e o poder familiar deve ser mantido;
- d) o tutelando deve ter até dezoito anos completos e o dever de guarda deve permanecer com os pais;
- e) o tutelando deve ter até quinze anos completos e o poder familiar deve ser mantido;

**11) O ECA define as “Medidas Específicas de Proteção” que podem ser aplicadas a crianças e adolescentes. Em seu artigo 99, determina que essas medidas:**

- a) poderão ser aplicadas cumulativamente apenas para adolescentes, mas não poderão ser substituídas antes do prazo mínimo de seis meses;
- b) poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo;
- c) poderão ser aplicadas cumulativamente apenas para crianças, mas não poderão ser substituídas antes do prazo mínimo de seis meses;
- d) poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, mas não poderão ser substituídas antes do prazo mínimo de dois meses;
- e) deverão ser aplicadas sempre isoladamente, mas poderão ser substituídas a qualquer tempo;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Piên/PR  
Prova: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente de Piên/PR

**12) Na hipótese de uma criança praticar ato infracional, o artigo 112 do ECA determina que poderá ser aplicada, dentre outras, as seguintes medidas socioeducativas, exceto:**

- a) liberdade assistida;
- b) advertência;
- c) obrigação de reparar o dano;
- d) prestação de serviços à comunidade;
- e) acolhimento institucional;

**13) Conforme determina o artigo 172 do ECA, um adolescente apreendido em flagrante de ato infracional deverá ser encaminhado imediatamente:**

- a) ao Conselho Tutelar;
- b) ao Juiz da Infância e da Juventude;
- c) ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) à autoridade policial competente;
- e) a uma instituição de internação;

**14) Segundo o artigo 100 do ECA, na aplicação das medidas de proteção, deverão ser levadas em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem:**

- a) à inclusão em programa de acolhimento institucional;
- b) ao desligamento gradativo dos vínculos comunitários;
- c) ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- d) ao atendimento institucional em grandes grupos, organizados por faixa etária;
- e) ao atendimento prioritário de crianças em detrimento do de adolescentes;

**15) Sobre o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o artigo 4º do ECA estabelece a seguinte ordem:**

- a) da família, da comunidade, da sociedade em geral, do poder público;
- b) do poder público, da família, da comunidade, da sociedade em geral;
- c) da sociedade em geral, da família, do poder público, da comunidade;
- d) da família, do poder público, da comunidade, da sociedade em geral;
- e) da comunidade, do poder público, da sociedade em geral, da família;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Piên/PR  
Prova: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente de Piên/PR

**16) Conforme estabelece o artigo 95 do ECA, constitui atribuição, tanto do Judiciário quanto do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares, o seguinte procedimento:**

- a) promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes
- b) promover e acompanhar as ações de alimentos;
- c) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra as normas de proteção à criança e ao adolescente;
- d) conhecer e se manifestar sobre pedidos de adoção;
- e) fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes;

**17) O artigo 39 do ECA caracteriza a adoção como medida excepcional, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Além disso, acrescenta que a adoção:**

- a) só será definida quando apresentar reais vantagens ao adotando;
- b) poderá ser revogada a qualquer tempo;
- c) sempre será precedida de estágio de convivência;
- d) se torna nula em caso de morte do adotante;
- e) será sempre precedida de consentimento dos pais biológicos;

**18) Diante de uma situação de maus-tratos, verificada pelo Conselho Tutelar, qual deve ser a postura do referido órgão: promover orientação pura e simplesmente, promover o imediato acolhimento da criança ou adolescente, aplicadas indistintamente medidas de proteção? Explique em 10 (dez) linhas:**

**19) Para que servem as portarias judiciais disciplinadas no artigo 149 do ECA? Explique em 10 (dez) linhas:**

**20) O que se entende por família natural e por família extensa? Explique em 10 (dez) linhas:**

Boa-sorte!!!

## GABARITO

1	<b>A</b>				
2			<b>C</b>		
3		<b>B</b>			
4					<b>E</b>
5			<b>C</b>		
6				<b>D</b>	
7					<b>E</b>
8		<b>B</b>			
9			<b>C</b>		
10		<b>B</b>			
11		<b>B</b>			
12					<b>E</b>
13				<b>D</b>	
14			<b>C</b>		
15	<b>A</b>				
16					<b>E</b>
17	<b>A</b>				